

Encerrada a greve dos policiais civis

» LUIZ CALCAGNO

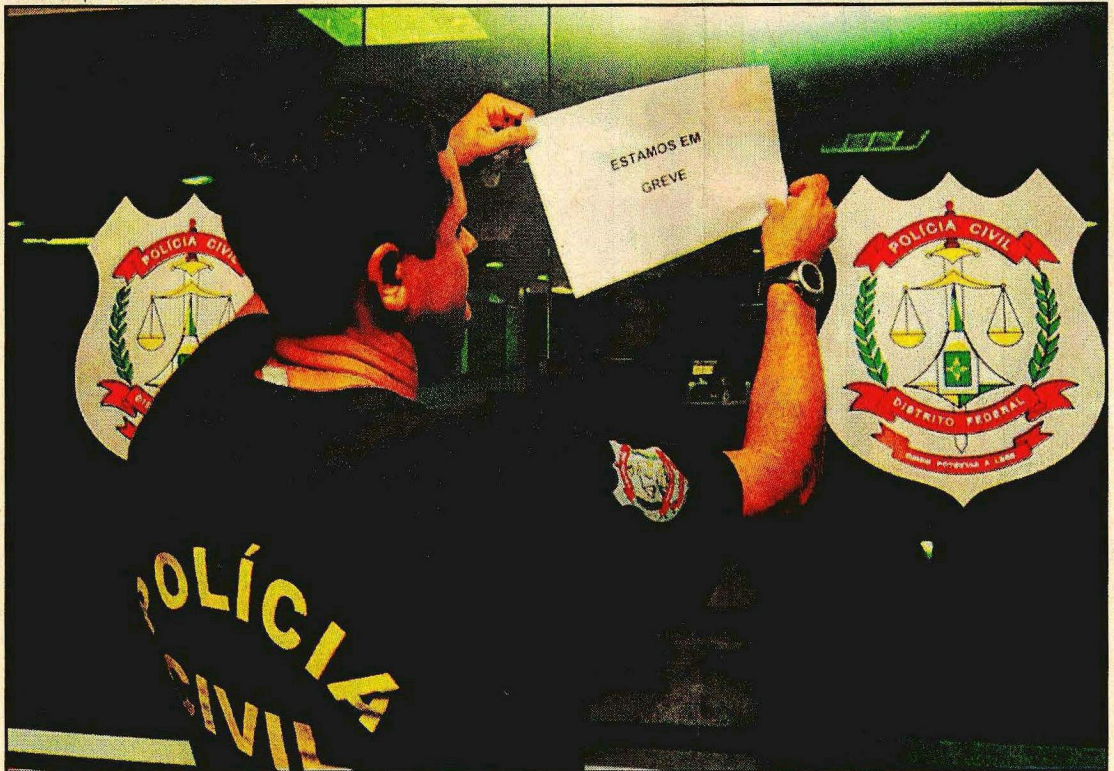
Após cinco assembleias e 16 dias de greve, os agentes da Polícia Civil decidiram voltar ao trabalho. A categoria votou pelo fim do movimento depois de receber uma nova proposta do Governo do Distrito Federal: 13% de reajuste salarial. A diretoria do Sindicato dos Policiais Civis do DF (Sinpol-DF) incentivou a aprovação, argumentando que o Executivo cedeu e que os agentes também precisariam abrir mão de algo para dar continuidade às negociações relativas à reestruturação da carreira, principal exigência do pleito, que acabou não atendida. Os trabalhos serão retomados às 8h de hoje.

O GDF prometeu aos policiais que enviará à presidência da República uma mensagem informando o aumento da remuneração dos policiais com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado de abril de 2009 até o início deste mês. O benefício será pago em duas parcelas de 6,5%, uma em dezembro próximo e a segunda em março de 2012. Apesar de o governo local ser responsável pela administração dos recursos do Fundo Constitucional, ele precisa de um aval da União para conceder o reajuste. A categoria prometeu pressionar o GDF para que a proposta seja enviada o mais rápido possível.

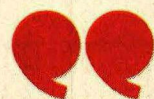
Na última terça-feira, reunidos em assembleia, os policiais civis não aceitaram a oferta do governo de conceder a correção nos salários apenas em maio e dezembro do próximo ano. O GDF se comprometeu a dar continuidade aos trabalhos do grupo de estudo e análise da proposta de reestruturação da carreira; a elaborar um estudo para implantar o plano de saúde da categoria; a elaborar, ainda este ano, um decreto alterando a progressão dos agentes na carreira. Atualmente, as promoções ocorrem a cada cinco anos, mas os policiais exigem que elas sejam anuais.

A diretoria do Sindicato passou a manhã e a tarde de ontem reunida com o secretário de Governo, Paulo Tadeu, discutindo a

Ed Alves/Esp.CB/D.A Press



Durante a greve, os agentes trabalharam em esquema de plantão: correção será paga em três parcelas



Nossa negociação é uma etapa. Temos que batalhar para que a proposta chegue ao governo federal. Aceitar o reajuste é continuar com o movimento"

Ciro de Freitas,

diretor em exercício do Sindicato dos Policiais Civis do DF

nova proposta. A categoria esperou do lado de fora e, a princípio, a recepção a texto foi negativa. O diretor do Sindicato, o deputado distrital Wellington Luiz (PSC), e o diretor em exercício, **Ciro de Freitas**, além de outros parlamentares, precisaram de muito jogo de cintura para convencer a categoria não votar pela continuidade da greve. Depois de muita conversa, os policiais aceitaram voltar ao trabalho.

Tensão

O Wellington Luiz afirmou aos agentes que "a situação é difícil".

"Precisamos ser sensíveis, porque o governo tem sido sensível. Se não houver diálogo, continuaremos no movimento, mas as portas se fecharão. Se radicalizarmos sem um avanço nas negociações, será ainda pior. É necessária uma trégua", apelou. **Ciro** foi mais duro, mas manteve o mesmo tom. "Nossa negociação é uma etapa. Temos que batalhar para que a proposta chegue ao governo federal. Aceitar o reajuste é continuar com o movimento. A população precisa de nós", afirmou.

Ao **Correio**, Wellington Luiz admitiu que a reunião com os representantes do governo foi ten-

sa. Segundo ele, Paulo Tadeu teria dito que seria difícil o governo avançar na proposta feita anteriormente. "O reajuste ainda depende do governo federal. É um rito. Mas como o DF é o gestor do fundo, creio que não haverá resistência. A decisão da categoria também foi muito madura", disse o parlamentar. "Não foi como a proposta exigida no início do pleito, mas atende minimamente os anseios. Vamos cobrar agora para que o GDF encaminhe a mensagem ao governo o mais rapidamente possível", afirmou **Ciro**.

Esse foi o segundo acordo fechado entre o Executivo local e servidores públicos esta semana. Na última quarta-feira, o governo costurou acordo com os professores da rede pública. Eles aceitaram o reajuste proposto pelo governo, de 13,83%, dividido em três parcelas a serem pagas em maio, em setembro e em março do ano que vem. O percentual, assim como o referente à correção nos vencimentos dos policiais civis, também será custeado com recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, que atende, ainda, a área da saúde.